

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO SERVIÇO DO POVO É DO PAÍS

Com a aprovação da agora designada Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, o Governo dá um novo golpe nos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que aprofunda a degradação dos serviços públicos.

Prosseguindo o caminho de reconfiguração do Estado e da Administração Pública, iniciado por governos anteriores, este Governo pretende colocá-los **inteiramente ao serviço do grande capital**.

Todo este processo, **iniciado no anterior governo do PS, com o PRACE**, (no qual se inclui a legislação laboral para a Administração Pública e a destruição de serviços públicos), assume agora novos e agravados desenvolvimentos pela mão do governo PSD/CDS, contando muitas vezes com a conivência do PS, e tem como **principal objectivo a reconfiguração do Estado** para melhor se moldar e servir os interesses do grande capital.

**“SÓ SAIREMOS
DESTA SITUAÇÃO
EMPOBRECENDO”**
Passos Coelho



O PCP VOTOU CONTRA E PROPÔS

O PCP votou na generalidade contra a proposta de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, na discussão na especialidade, apresentou cerca de trinta propostas, todas elas assentes na defesa dos serviços públicos e nos direitos dos trabalhadores, das quais destacamos:



A REPOSIÇÃO

- Do vínculo público de nomeação para os trabalhadores da Administração Pública *instituído-o como regra para a constituição de relações de emprego público e relação jurídica de emprego;*
- Das 35 horas de trabalho por semana (7 horas por dia) sem prejuízo da existência de regimes de duração inferior;
- Do valor hora do trabalho suplementar e do trabalho suplementar *prestado em dia de descanso semanal e em dia feriado.*



A ANULAÇÃO

- Do banco de horas
- Da regra geral do posicionamento remuneratório *em função da avaliação de desempenho.*
- Do dito regime da «requalificação/mobilitade especial»



A SUBSTITUIÇÃO

- Dos mapas de pessoal pelo quadro de pessoal



A INTRODUÇÃO DA OBRIGATORIEDADE

- Do contrato a termo não poder exceder 3 anos *incluindo renovações, sendo que após a segunda renovação automática se presume a necessidade de abertura de concurso para preenchimento do quadro de pessoal, dando preferência ao trabalhador que desempenhava aquelas funções anteriormente e cujo contrato foi objecto de duas renovações.*

*Estas, como outras propostas,
FORAM REJEITADAS PELA MAIORIA PSD/CDS*



BASTA DE INJUSTIÇAS

Ainda que este Governo e a maioria que o suporta tentem justificar estas medidas gravosas e o ataque aos trabalhadores e ao povo, com o cumprimento do dito «Memorando de Entendimento», consubstanciado no Pacto de Agressão, assinado entre a troika estrangeira (BCE, FMI, CE) e a troika nacional (PS, PSD e CDS), a verdade é que este governo toma uma verdadeira opção de classe, ao limitar e suprimir direitos individuais e colectivos e ao trilhar o caminho da exploração e empobrecimento.



É necessário uma nova política e um novo governo UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA

assente em seis opções fundamentais:



A RENEGOCIAÇÃO DA DIVIDA

nos seus montantes, juros e prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima;



PRODUÇÃO NACIONAL

A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e outras empresas e sectores estratégicos;



VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS E PENSÕES

A valorização efectiva dos salários e pensões, e explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;



OUTRA POLÍTICA FISCAL

Uma política orçamental de combate ao despesismo e à despesa sumptuária, uma política fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e alívio dos que menos têm.



DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;



SOBERANIA NACIONAL

A assumpção de uma política soberana e a formação do primado dos interesses nacionais.

ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS, NA NOSSA VONTADE, NA NOSSA LUTA, DAR A VOLTA A ISTO.

Vale a pena resistir, protestar e lutar. A luta dos trabalhadores acabará por impor uma nova política, onde os valores de Abril se projectem no futuro de Portugal.

14 MAR MANIFESTAÇÃO NACIONAL LISBOA

FRENTE COMUM DOS SINDICATOS FUNÇÃO PÚBLICA



COORDENADORA NACIONAL DO PCP
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Recorta e envia para: **Partido Comunista português** • Rua Soeiro Pereira Gomes, nº 3, 1600 - 196, Lisboa • Tel.: 217813800 • Email: pcp@pcp.pt

FICHA PARA CONTACTO

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo.

NOME _____

MORADA _____

TELEFONE _____

E-MAIL _____

CÓDIGO-POSTAL _____

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO SERVIÇO DO POVO É DO PAÍS

Com a aprovação da agora designada Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, o Governo dá um novo golpe nos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que aprofunda a degradação dos serviços públicos.

Prosseguindo o caminho de reconfiguração do Estado e da Administração Pública, iniciado por governos anteriores, este Governo pretende colocá-los **inteiramente ao serviço do grande capital**.

Todo este processo, **iniciado no anterior governo do PS, com o PRACE**, (no qual se inclui a legislação laboral para a Administração Pública e a destruição de serviços públicos), assume agora novos e agravados desenvolvimentos pela mão do governo PSD/CDS, contando muitas vezes com a conivência do PS, e tem como **principal objectivo a reconfiguração do Estado** para melhor se moldar e servir os interesses do grande capital.

**“SÓ SAIREMOS
DESTA SITUAÇÃO
EMPOBRECENDO”**
Passos Coelho



O PCP VOTOU CONTRA E PROPÔS

O PCP votou na generalidade contra a proposta de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, na discussão na especialidade, apresentou cerca de trinta propostas, todas elas assentes na defesa dos serviços públicos e nos direitos dos trabalhadores, das quais destacamos:



A REPOSIÇÃO

- Do vínculo público de nomeação para os trabalhadores da Administração Pública *instituído-o como regra para a constituição de relações de emprego público e relação jurídica de emprego;*
- Das 35 horas de trabalho por semana (7 horas por dia) sem prejuízo da existência de regimes de duração inferior;
- Do valor hora do trabalho suplementar e do trabalho suplementar *prestado em dia de descanso semanal e em dia feriado.*



A ANULAÇÃO

- Do banco de horas
- Da regra geral do posicionamento remuneratório *em função da avaliação de desempenho.*
- Do dito regime da «requalificação/mobilitade especial»



A SUBSTITUIÇÃO

- Dos mapas de pessoal pelo quadro de pessoal



A INTRODUÇÃO DA OBRIGATORIEDADE

- Do contrato a termo não poder exceder 3 anos *incluindo renovações, sendo que após a segunda renovação automática se presume a necessidade de abertura de concurso para preenchimento do quadro de pessoal, dando preferência ao trabalhador que desempenhava aquelas funções anteriormente e cujo contrato foi objecto de duas renovações.*

*Estas, como outras propostas,
FORAM REJEITADAS PELA MAIORIA PSD/CDS*



BASTA DE INJUSTIÇAS

Ainda que este Governo e a maioria que o suporta tentem justificar estas medidas gravosas e o ataque aos trabalhadores e ao povo, com o cumprimento do dito «Memorando de Entendimento», consubstanciado no Pacto de Agressão, assinado entre a troika estrangeira (BCE, FMI, CE) e a troika nacional (PS, PSD e CDS), a verdade é que este governo toma uma verdadeira opção de classe, ao limitar e suprimir direitos individuais e colectivos e ao trilhar o caminho da exploração e empobrecimento.



É necessário uma nova política e um novo governo UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA

assente em seis opções fundamentais:



A RENEGOCIAÇÃO DA DIVIDA

nos seus montantes, juros e prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima;



PRODUÇÃO NACIONAL

A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e outras empresas e sectores estratégicos;

VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS E PENSÕES

A valorização efectiva dos salários e pensões, e explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;



OUTRA POLÍTICA FISCAL

Uma política orçamental de combate ao despesismo e à despesa sumptuária, uma política fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e alívio dos que menos têm.



DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;



SOBERANIA NACIONAL

A assumpção de uma política soberana e a formação do primado dos interesses nacionais.

ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS, NA NOSSA VONTADE, NA NOSSA LUTA, DAR A VOLTA A ISTO.

Vale a pena resistir, protestar e lutar. A luta dos trabalhadores acabará por impor uma nova política, onde os valores de Abril se projectem no futuro de Portugal.

14 MAR MANIFESTAÇÃO NACIONAL LISBOA

FRENTE COMUM DOS SINDICATOS FUNÇÃO PÚBLICA



COORDENADORA NACIONAL DO PCP
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Recorta e envia para: **Partido Comunista português** • Rua Soeiro Pereira Gomes, nº 3, 1600 - 196, Lisboa • Tel.: 217813800 • Email: pcp@pcp.pt

FICHA PARA CONTACTO

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo.

NOME _____

MORADA _____

TELEFONE _____

E-MAIL _____

CÓDIGO-POSTAL _____

O PCP votou na generalidade contra a proposta de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, na discussão na especialidade, apresentou cerca de trinta propostas, todas elas assentes na defesa dos serviços públicos e nos direitos dos trabalhadores, das quais destacamos:

- **Do vínculo público de nomeação para os trabalhadores da Administração Pública** *instituindo-o como regra para a constituição de relações de emprego público e relação jurídica de emprego;*
- **Das 35 horas de trabalho por semana** *(7 horas por dia) sem prejuízo da existência de regimes de duração inferior;*
- **Do valor hora do trabalho suplementar e do trabalho suplementar** *prestado em dia de descanso semanal e em dia feriado.*
- **Do banco de horas**
- **Da regra geral do posicionamento remuneratório** *em função da avaliação de desempenho.*
- **Do dito regime da «requalificação/mobilitade especial»**
- **Dos mapas de pessoal pelo quadro de pessoal**
- **Do contrato a termo não poder exceder 3 anos** *incluindo renovações, sendo que após a segunda renovação automática se presume a necessidade de abertura de concurso para preenchimento do quadro de pessoal, dando preferência ao trabalhador que desempenhava aquelas funções anteriormente e cujo contrato foi objecto de duas renovações.*

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO SERVIÇO DO POVO É DO PAÍS

Com a aprovação da agora designada Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, o Governo dá um novo golpe nos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que aprofunda a degradação dos serviços públicos.

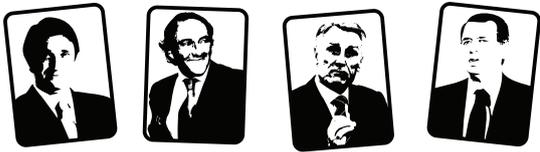
Prosseguindo o caminho de reconfiguração do Estado e da Administração Pública, iniciado por governos anteriores, este **Governo** pretende colocá-los **inteiramente ao serviço do grande capital.**

Todo este processo, **iniciado no anterior governo do PS, com o PRACE**, (no qual se inclui a legislação laboral para a Administração Pública e a destruição de serviços públicos), assume agora novos e agravados desenvolvimentos pela mão do governo PSD/CDS, contando muitas vezes com a conivência do PS, e tem como principal objectivo a reconfiguração do Estado para melhor se moldar e servir os interesses do grande capital.

**“SÓ SAIREMOS
DESTA SITUAÇÃO
EMPOBRECENDO”**
Passos Coelho

*Estas, como outras propostas,
FORAM REJEITADAS PELA MAIORIA PSD/CDS*





BASTA DE INJUSTIÇAS

Ainda que este Governo e a maioria que o suporta tentem justificar estas medidas gravosas e o ataque aos trabalhadores e ao povo, com o cumprimento do dito «Memorando de Entendimento», consubstanciado no Pacto de Agressão, assinado entre a troika estrangeira (BCE, FMI, CE) e a troika nacional (PS, PSD e CDS), a verdade é que este governo toma uma verdadeira opção de classe, ao limitar e suprimir direitos individuais e colectivos e ao trilhar o caminho da exploração e empobrecimento.



É necessário uma nova política e um novo governo UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA

assente em seis opções fundamentais:



A RENEGOCIAÇÃO DA DIVIDA

nos seus montantes, juros e prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima;



PRODUÇÃO NACIONAL

A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e outras empresas e sectores estratégicos;

VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS E PENSÕES

A valorização efectiva dos salários e pensões, e explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;



OUTRA POLÍTICA FISCAL

Uma política orçamental de combate ao despesismo e à despesa sumptuária, uma política fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e alívio dos que menos têm.



DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;



SOBERANIA NACIONAL

A assumpção de uma política soberana e a formação do primado dos interesses nacionais.

ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS, NA NOSSA VONTADE, NA NOSSA LUTA, DAR A VOLTA A ISTO.

Vale a pena resistir, protestar e lutar. A luta dos trabalhadores acabará por impor uma nova política, onde os valores de Abril se projectem no futuro de Portugal.

14 MAR MANIFESTAÇÃO NACIONAL LISBOA

FRENTE COMUM DOS SINDICATOS FUNÇÃO PÚBLICA



COORDENADORA NACIONAL DO PCP
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Recorta e envia para: **Partido Comunista português** • Rua Soeiro Pereira Gomes, nº 3, 1600 - 196, Lisboa • Tel.: 217813800 • Email: pcp@pcp.pt

FICHA PARA CONTACTO

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo.

NOME _____

MORADA _____

TELEFONE _____

E-MAIL _____

CÓDIGO-POSTAL _____



O PCP VOTOU CONTRA E PROPÔS

 **A REPOSIÇÃO**

 **A ANULAÇÃO**

 **A SUBSTITUIÇÃO**

 **A INTRODUÇÃO DA OBRIGATORIEDADE**



